

Extensão em Agroecologia: Redesenhando Sistemas de Produção de Hortaliças no Agreste Alagoano.

GOMES, Fabiano Leite, Movimento Minha Terra (MMT), leiterural@yahoo.com.br

Resumo

A agricultura familiar no agreste alagoano está fundamentada na matriz primária da revolução verde, dependente de insumos externos, com os agrotóxicos e adubos químicos, fomentando o cultivo fumageiro e olerícola. O objetivo deste trabalho de extensão agroecológica foi discutir de forma participativa com os agricultores (as) das comunidades rurais do município de Arapiraca-AL, redesenhos de sistemas de produção vigentes (em específico a horticultura) nos princípios da Agroecologia, que valorizasse a questão da saúde pública, a segurança produtiva, alimentar e nutricional, a diversificação dos cultivos, percepções dos recursos naturais e os saberes populares. A experiência foi iniciada no ano de 2003, com os agricultores envolvidos nos sistemas de produção convencional de fumo e olerícolas. A diversificação produtiva promoveu melhoria da renda familiar, da paisagem rural, além do desenvolvimento de novos nichos de mercados e soberania sobre os sistemas de produção de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, ATER, Companheirismo de plantas.

Contexto

O agreste de Alagoas destacou-se no cenário nacional brasileiro pela expansão das áreas de cultivo fumageiro, nas décadas de 70 e 80 do século XX, onde o cultivo se estendeu por vários municípios, destacando-se Arapiraca. Este processo foi intensificado e promovido pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural (ATER) pesquisa e pelas agências de fomento à agricultura.

A cultura fumageira naquele período alcançou ótimas cotações de preços no mercado internacional, se consolidando como uma atividade agrícola geradora de superávit econômico. E que por demandar por mão-de-obra familiar e rural, promovia a ocupação da força de trabalho existente.

O desenvolvimento da atividade fumageira ao longo das décadas provocou impactos ambientais, com destaque para a contaminação dos recursos hídricos (lençol freático, afluentes, rios), degradação dos solos, intoxicações crônicas e agudas dos trabalhadores (as) e famílias rurais, perda da biodiversidade da flora e fauna.

Com o declínio da atividade fumageira na década de 90, com preços baixos ao produtor, desencadeou-se uma crise financeira da rentabilidade da atividade, com reflexos na economia regional e estadual. A partir disto os órgãos de (ATER) e pesquisa, buscaram oportunizar outras atividades para promover o desenvolvimento econômico da atividade rural. A alternativa seria a expansão do cultivo irrigado de hortaliças [destacando-se alface (*Lactuca sativa* L.), coentro (*Coriandrum sativum* L.), cebolinha de palha (*Allium* sp.), pimentão (*Capsicum annum*)], em áreas que apresentasse potencial hídrico (lençol freático) para captação, por meio de cacimbas e poços tubulares.

Todo esse esforço baseou-se nos parâmetros da revolução verde, tendo à matriz primária a dependência de insumos químicos, notadamente os agrotóxicos e adubos químicos. Isto, porventura agravaria possíveis níveis de resíduos que contaminariam as hortaliças produzidas, a maioria delas de consumo "*in natura*", de ciclo curto (média de 50 dias após o plantio).

Resumos do VI CBA e II CLAA

O objetivo deste trabalho de ATER foi discutir de forma participativa com os agricultores (as) redesenhos de sistemas de produção de hortaliças nos princípios da Agroecologia, que valorizasse a questão da saúde pública, a segurança produtiva, alimentar e nutricional, a diversificação dos cultivos, percepções dos recursos naturais e os saberes populares.

Descrição da Experiência

Esta experiência iniciou-se no ano de 2003, com o lançamento do “Programa Vida Rural Sustentável” (PVRS), tendo como entidade gestora o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e entidade executora Movimento Minha Terra (MMT). Este programa enfatiza o desenvolvimento rural sustentável das unidades familiares nos princípios da Agroecologia, e busca sensibilizar e mobilizar as famílias para a produção de alimentos agroecológicos; o público-alvo foram agricultores familiares que desenvolvesse cultivos nos parâmetros da agricultura convencional.

Este programa teve como parceiros a SEMAG – Arapiraca, FACOMAR, Sindicato Rural de Arapiraca, SENAR, MIBASA, EAFS, UFAL, SEAGRI, SEBRAE-SC.

As comunidades Bom Jardim (1), Fleixeiras (2) e Bálsamo (3), foram às escolhidas, por se tratarem de áreas onde se encontravam grande número de agricultores que desenvolviam a atividade olerícola. Participaram do programa um total de oito agricultores distribuídos nas diferentes comunidades, a saber: (1) – João Raimundo; (2) – Edvan, Edson, Ivan, Antônio, Ademar; (3) – Carlito e Pedro.

Foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com público destas comunidades, a partir do cenário levantado, desenvolveram-se estratégias para mobilização e sensibilização junto a uma equipe multidisciplinar de facilitadores, por meio de oficinas de construção do conhecimento, trocas de experiências, intercâmbio de visitas regionais e estaduais, além de visitas as experiências exitosas em outro Estado (Pernambuco) e a instalação de forma participativa das U.I.V.T's. (Unidade de Intervenção e Validação Técnica), objetivando-se a multidisciplinaridade e transversalidade de ações conjuntas desenvolvidas com o público alvo do programa.

O cenário das áreas de produção de hortaliças (marco zero) demonstrava monocultivos em pequenos minifúndios, os quais eram severamente atacados por inseto-praga, com solo totalmente exposto aos agentes erosivos, desprovido de cobertura viva ou morta na sua superfície, como também baixo teor de matéria orgânica do solo. Além da dependência externas de insumos produtivos e do uso crescente e indiscriminado de agrotóxicos.

Resultados

A diversificação da produção vegetal nas unidades familiares do PVRS tem promovido à segurança no sistema produtivo, pois, antes os agricultores estavam inseguros quanto à comercialização dos seus monocultivos, devido a oferta-demanda, não alcançando rendimentos satisfatórios. Agora os mesmo podem ofertar, nos espaços alternativos de comercialização (feiras agroecológicas no município), uma diversidade de produtos por meio da venda direta ao consumidor, eliminando os atravessadores. Com este modelo o agricultor tem alcançando um rendimento mensal médio de 2 (dois) a 4 (quatro) salários mínimos, que antes do programa alcançavam 1 (um) salário mínimo por mês com as atividades na unidade familiar.

Os novos desenhos produtivos têm promovido uma aproximação com a natureza (melhoria da paisagem rural), ruptura da dependência externa de insumos como os adubos químicos e agrotóxicos. O companheirismo de plantas (tabela 1) estimula o desenvolvimento dos policultivos,

Resumos do VI CBA e II CLAA

onde se pode associar uma cultura com ação repelente aos afídeos, característica particular da cebolinha de palha em consórcio com solanácea, como também a exploração do perfil do solo a diferentes profundidades pelos cultivos, a citar como exemplos os arranjos 1, 2, 3 e 4 (Tabela 1); visto que estes arranjos promovem a geração de renda ao longo da cultura principal, a citar o arranjo 1, onde temos como cultura principal o cultivo da cenoura (*Daucus carota* L.), ciclo 90 dias, ao passo que as culturas companheiras promoveram sinergismo biológico e rendimentos ao agricultor durante este período, como o cebolinha (30 a 35 dias após o transplântio) e logo em seguida o alface (40 a 45 dias após o transplântio). O aproveitamento das adubações orgânicas pelas diversas culturas, a proteção do solo contra os agentes erosivos (vento, precipitações), diversidade de insetos e microrganismo, também foi verificada nestes ambientes.

TABELA 1. Companheirismo de plantas possíveis em horticultura familiar agroecológica, Arapiraca-AL.

Nº Arranjo	Companheirismo de plantas	Espaçamento (m)
1	cenoura (<i>Daucus carota</i> L.) x alface (<i>Lactuca sativa</i> L.) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,40 m*
2	cenoura (<i>D. carota</i>) x rúcula (<i>Eruca sativa</i> L.) x rabanete (<i>Raphanus sativus</i> L.) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,30 m*
3	cenoura (<i>Daucus carota</i> L.) x rabanete (<i>Raphanus sativus</i> L.) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,30 m*
4	Alface (<i>Lactuca sativa</i> L.) x couve-flor (<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>botrytis</i> L.) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,35 m*
5	tomate (<i>Lycopersicon esculentum</i>) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,60 m**
6	tomate (<i>Lycopersicon esculentum</i>) x couve-folha (<i>Brassica oleracea</i> L.)	1,0 m x 0,60 m**
7	Pimentão (<i>Capsicum annum</i>) x cebolinha de palha (<i>Allium sp.</i>)	1,0 m x 0,40 m**
8	Berinjela (<i>Solanum melogenas</i>) x abobrinha-italiana (<i>Cucurbita spp</i>)	1,5 m x 1,20 m**

* cultivo implantado em canteiro

** cultivo implantado em cova de plantio

As dificuldades encontradas neste processo de extensão agroecológica foram a desconfiança dos agricultores envolvidos, como também da comunidade, quanto à sustentabilidade deste processo de produção. Ao passo que os resultados comecem a aparecer, os mesmos adquirem confiança e realização quanto à atividade desenvolvida. No período de implantação, no ano de 2003, não existiam políticas específicas do PRONAF que contemplasse este público. Em anos posteriores quando o PRONAF Agroecologia foi ofertado a este tipo de público, existia um despreparo dos agentes de créditos, desconfiança e lentidão de respostas às propostas encaminhadas; solos degradados pela simplificação dos sistemas de produção, necessitando de várias práticas edáficas (pós de rocha, adubação orgânica, biofertilizante) e vegetativas (consorciamento de plantas, sombreamento, adubação verde, rotação de culturas, cultivo mínimo e outras) de recuperação da atividade biológica do solo.